

FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS
GRADUAÇÃO CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Jennifer Chelmiski Soares

PIS E COFINS - CUMULATIVO E NÃO CUMULATIVO

Porto Alegre
2018

Jennifer Chelmiski Soares

PIS E COFINS – CUMULATIVO E NÃO CUMULATIVO

Artigo apresentado à Faculdade São Francisco de Assis, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis

Orientador: Profa. Lydianne Klein

Porto Alegre

2018

RESUMO

O presente artigo vem demonstrar as formas de cálculos dos impostos PIS - Programa de Integração Social e COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, que podem ser apurados nos regimes de tributação Cumulativo e Não – Cumulativo. A base de calculo para estas contribuições é o Faturamento e as Receitas Auferidas pelas Pessoas Jurídicas de acordo com a Instrução Normativa Nº 404, de 12 de março de 2004, tornando o PIS/COFINS um dos mais complexos tributos da cadeia tributária Brasileira. O artigo foi criado com o objetivo de esclarecer as dúvidas dos profissionais de Contabilidade Tributária, demonstrando de forma clara e objetiva a base de cálculo, alíquotas e utilização ou não de créditos tributários.

Palavras-chave: Faturamento. Cumulativo. Não - Cumulativo. Imposto.

ABSTRACT

This article shows the ways of calculating PIS taxes - Social Integration Program and COFINS - Contribution for Social Security Financing, which can be verified in the cumulative and non - cumulative taxation regimes. The calculation base for these contributions is the Invoicing and Revenue Earned by Legal Entities in accordance with Normative Instruction No. 404, dated March 12, 2004, making PIS / COFINS one of the most complex taxes in the Brazilian tax chain. The article was created with the purpose of clarifying the doubts of Tax Accounting professionals, clearly and objectively demonstrating the basis of calculation, rates and use or not of tax credits.

Keywords: Billing. Cumulative. Non - cumulative. Tax.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo demonstrar as formas de calcular o PIS/COFINS nos regimes Cumulativo e Não Cumulativo. A legislação que faz a regulamentação deste imposto é a Constituição Federal de 1988 nos art. 195 e 239, que passou por alterações conforme a Lei nº 9.718/1998 e atualmente a lei em vigor é a Lei 12.973/2014. Afim de sanar as duvidas existentes no processo de calculo do imposto PIS/COFINS, vamos abordar os tópicos mais importantes do assunto proposto. No artigo aprende-se como identificar se determinada empresa se enquadra no regime Cumulativo ou no regime Não - Cumulativo. A partir do momento que a empresa já esta enquadrada no seu regime de apuração adequado, trataremos das peculiaridades de cada regime.

Para o regime Cumulativo será demonstrado os tópicos mais relevantes deste regime como por exemplo: base de calculo, alíquotas, receitas e, ainda será apresentado exemplo de calculo de PIS e COFINS. Já para o regime Não - Cumulativo será demonstrado contribuintes sujeitos, receitas excluídas, base de calculo, exclusões admitidas, alíquotas, receitas financeiras, créditos permitidos.

“É o texto supremo que, direta ou indiretamente, aponta a hipótese de incidência possível, o sujeito ativo possível, a base de cálculo possível e a alíquota possível dos vários impostos, das várias taxas e das várias contribuições.” (CARRAZZA, 2004, p. 451).

Base de cálculo apresenta três funções, quais sejam: (1) função mensuradora, de medir as proporções econômicas do fato gerador; (2) função objetiva, destinada a compor a específica determinação da dívida (em conjunto com a alíquota); e (3) função comparativa, de afirmar, confirmar ou infirmar o critério material da hipótese tributária. (CARVALHO, 2000, p. 322).

A metodologia utilizada neste artigo se deu primeiramente através do ato de cursar a Disciplina Planejamento Tributário da Grade Curricular da Faculdade São Francisco de Assis, a busca de informações em livros e sites foi peça fundamental para conectar os assuntos abordados neste trabalho.

Para Gil (2007, p. 17) pesquisa é definida como: “Pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.”

2 PIS/PASEP E COFINS CUMULATIVO E NÃO-CUMULATIVO

O PIS (Programa de Integração Social)/PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são tributos de competência da União e, são uns dos mais complexos tributos da cadeia tributária brasileira, por ter incidência baseada na receita ou faturamento das Empresas.

O PIS financia o pagamento do abono e participação na receita dos órgãos e entidades para os trabalhadores públicos e privados e o COFINS financia a seguridade social, a qual abrange a previdência social, a saúde e a assistência social.

2.1 Legislação

O PIS tem embasamento legal na Lei Complementar nº 07/1970, o PASEP foi criado pela Lei Complementar nº 08/1970 a partir de 1º de julho de 1976 foram unificados sob a denominação PIS/PASEP, pela Lei Complementar nº 26/1975. Conforme a baixo:

Art. 1º - A partir do exercício financeiro a iniciar-se em 1º de julho de 1976, serão unificados, sob a denominação de PIS-PASEP, os fundos constituídos com os recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), instituídos pelas Leis Complementares nºs 7 e 8, de 7 de setembro e de 3 de dezembro de 1970, respectivamente.

Parágrafo único - A unificação de que trata este artigo não afetará os saldos das contas individuais existentes em 30 de junho de 1976.

Art. 2º - Ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo, são mantidos os critérios de participação dos empregados e servidores estabelecidos nos arts. 7º e 4º, respectivamente, das Leis Complementares nºs 7 e 8, referidas, passando a ser considerado, para efeito do cálculo dos depósitos efetuados nas contas individuais, o valor global dos recursos que passarem a integrar o PIS-PASEP.

A COFINS foi instituída pela Lei Complementar nº 70/1991. Para maiores detalhes sobre cada tributo, há previsão na Constituição Federal de 1988 nos art. 195 e 239. Posteriormente a lei foi alterado para Lei nº 9.718/1998, mas atualmente a lei foi alterada pela lei 12.973/2014.

2.2 Formas de tributação

O PIS/PASEP e a COFINS podem ser calculados de duas formas no regime Cumulativo e no regime Não-Cumulativo. Na figura abaixo será apresentado um comparativo entre os dois regimes.

Figura 1: Diferença entre os regimes de tributação

INCIDÊNCIA CUMULATIVA	INCIDÊNCIA NÃO-CUMULATIVA
Faturamento (apenas receitas da atividade operacional).	Receitas (Faturamento + Outras Receitas.
Alíquota do PIS é 0,65 %	Alíquota do PIS é 1,65 %
Alíquota do COFINS é 3%	Alíquota do COFINS é 7,6%
Não poderá utilizar créditos.	Permitida a utilização de créditos.
Empresas de Lucro presumido e Arbitrado.	Empresas de Lucro real.

Fonte: Elaborada pela autora

Conforme observamos no quadro comparativo existe diferenças de alíquotas entre os regimes, na incidência Cumulativa não utilizamos de créditos, na incidência Não – Cumulativa utilizamos de créditos e as empresas de lucro presumido ou arbitrado pertencem ao regime Cumulativo e as empresas de lucro real se enquadram na Incidência Não-Cumulativa.

2.3 Regime cumulativo

O regime Cumulativo é aquele que o tributo é calculado sobre o faturamento da empresa, sem a dedução de créditos. As empresas que se enquadram neste regime de cálculo são as empresas de lucro presumido ou lucro arbitrado.

De acordo com Cassone (2004, p. 108): “Cumulativo “é o imposto que incide em cada operação tributável, em que não é prevista compensação, dedução ou abatimento, em relação à operação anterior.”

2.3.1 Receitas Sujeitas ao Regime Cumulativo

A legislação estabeleceu algumas receitas que devem ser tributas pelo regime Cumulativo, mesmo que a empresa seja tributada pelo lucro real. Desta forma podemos ter uma empresa de lucro real que também seja apurado pelo regime cumulativo em razão de uma determinada receita.

Conforme legislação 10.833/2003 Art. 10º e 10.637/2002 Art.8º segue abaixo as receitas sujeitas ao regime Cumulativo.

- I – as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6.º, 8.º e 9.º do art. 3.º da Lei 9.718, de 1998, e na Lei 7.102, de 20 de junho de 1983;
- II – as pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado;
- IV – as pessoas jurídicas imunes a impostos;
- V – os órgãos públicos, as autarquias e fundações públicas federais, estaduais e municipais, e as fundações cuja criação tenha sido autorizada por lei, referidas no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição;
- VI – sociedades cooperativas, exceto as de produção agropecuária, sem prejuízo das deduções de que trata o art. 15 da Medida Provisória 2.15835, de 24 de agosto de 2001, e o art. 17 da Lei 10.684, de 30 de maio de 2003, não lhes aplicando as disposições do § 7.º do art. 3.º das Leis 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e as de consumo;
- VII – as receitas decorrentes das operações:
 - a) (Revogada.);
 - b) sujeitas à substituição tributária da Cofins;
 - c) referidas no art. 5.º da Lei 9.716, de 26 de novembro de 1998.
- VIII – as receitas decorrentes de prestação de serviços de telecomunicações;
- IX – as receitas decorrentes de venda de jornais e periódicos e de prestação de serviços das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
- X – as receitas submetidas ao regime especial de tributação previsto no art. 47 da Lei 10.637, de 30 de dezembro de 2002;
- XI – as receitas relativas a contratos firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003:
 - a) com prazo superior a 1 (um) ano, de administradoras de planos de consórcios de bens móveis e imóveis, regularmente autorizadas a funcionar pelo Banco Central;
 - b) com prazo superior a 1 (um) ano, de construção por empreitada ou de fornecimento, a preço predeterminado, de bens ou serviços;
 - c) de construção por empreitada ou de fornecimento, a preço predeterminado, de bens ou serviços contratados com pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias, bem como os contratos posteriormente firmados decorrentes de propostas apresentadas, em processo licitatório, até aquela data.
- XII – as receitas decorrentes de prestação de serviços de transporte coletivo rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros;
- XIII – as receitas decorrentes de serviços:
 - a) prestados por hospital, pronto-socorro, clínica médica, odontológica, de fisioterapia e de fonoaudiologia, e laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas; e

b) de diálise, raios X, radiodiagnóstico e radioterapia, quimioterapia e de banco de sangue.

XIV – as receitas decorrentes de prestação de serviços de educação infantil, ensinos fundamental e médio e educação superior.

XV – as receitas decorrentes de vendas de mercadorias realizadas pelas pessoas jurídicas referidas no art. 15 do Dec.lei 1.455, de 7 de abril de 1976;

XVI – as receitas decorrentes de prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, efetuado por empresas regulares de linhas aéreas domésticas, e as decorrentes da

prestação de serviço de transporte de pessoas por empresas de táxi aéreo;

XVII – as receitas auferidas por pessoas jurídicas, decorrentes da edição de periódicos e de informações neles contidas, que sejam relativas aos assinantes dos serviços públicos de telefonia;

XVIII – as receitas decorrentes de prestação de serviços com aeronaves de uso agrícola inscritas no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB);

XIX – as receitas decorrentes de prestação de serviços das empresas de call center, telemarketing, tele cobrança e de teleatendimento em geral;

XX – as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil;

XXI – as receitas auferidas por parques temáticos, e as decorrentes de serviços de hotelaria e de organização de feiras e eventos, conforme definido em ato conjunto dos Ministérios da Fazenda e do Turismo;

XXII – as receitas decorrentes da prestação de serviços postais e telegráficos prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;

XXIII – as receitas decorrentes de prestação de serviços públicos de concessionárias operadoras de rodovias;

XXIV – as receitas decorrentes da prestação de serviços das agências de viagem e de viagens e turismo;

XXV – as receitas auferidas por empresas de serviços de informática, decorrentes das atividades de desenvolvimento de software e o seu licenciamento ou cessão de direito de uso, bem como de análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico e manutenção ou atualização de software, compreendidas ainda como softwares as páginas eletrônicas;

XXVI – as receitas relativas às atividades de revenda de imóveis, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária e construção de prédio destinado à venda, quando decorrentes de contratos de longo prazo firmados antes de 31 de outubro de 2003;

XXVII – (Vetado);

XXVIII – (Vetado);

XXIX – as receitas decorrentes de operações de comercialização de pedra britada, de areia para construção civil e de areia de brita.

XXX – as receitas decorrentes da alienação de participações societárias.

2.3.2 Base de Cálculo Cumulativo

A base de cálculo do PIS/COFINS para o regime cumulativo é o faturamento. O faturamento é o total das vendas de bens e prestação de serviços em determinado período. Conforme IN SRF nº 247, de 2002, art. 23 alguns itens podem ser excluídos da base de cálculo.

Neste regime de tributação são excluídas da base de cálculo alguns itens conforme IN SRF nº 247, de 2002, art. 23):

Art. 23. Para efeito de apuração da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre o faturamento, observado o disposto no art. 24, podem ser excluídos ou deduzidos da receita bruta, quando a tenham integrado, os valores:

I - das vendas canceladas;

II - dos descontos incondicionais concedidos;

III - do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);

IV - do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), quando destacado em nota fiscal e cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;

V - das reversões de provisões;

VI - das recuperações de créditos baixados como perdas, limitados aos valores efetivamente baixados, que não representem ingresso de novas receitas;

VII - dos resultados positivos da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e dos lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita, inclusive os derivados de empreendimento objeto de Sociedade em Conta de Participação (SCP); e

VIII - das receitas decorrentes das vendas de bens do ativo permanente.

§ 1º Não se aplica a exclusão prevista no inciso V na hipótese de provisão que tenha sido deduzida da base de cálculo quando de sua constituição.

§ 2º Na hipótese de o valor das vendas canceladas superar o valor da receita bruta do mês, o saldo poderá ser compensado nos meses subsequentes.

A figura 2 abaixo apresenta uma demonstração da composição da base de cálculo do regime cumulativo com base nas exclusões apresentadas acima.

Figura 2: Composição da Base de Cálculo

BASE DE CÁLCULO REGIME CUMULATIVO	
+	Receita Bruta de Vendas e Serviços
-	Exclusões Permitidas
=	Base de Cálculo
x	Alíquota (*)
=	Contribuição Devida
-	Retenções na Fonte
=	Contribuição a Recolher
(*) Pis - 0,65%	
Cofins - 3%	

Fonte: Elaborada pela autora

É verificado na figura 2 o faturamento da empresa que é composta da receita de vendas e, receita de serviços, deduzida das exclusões permitidas temos a base de cálculo para aplicar a alíquota permitida no regime cumulativo.

2.3.3 Alíquota

As alíquotas são aplicadas a base de cálculo, com percentual de 0,65% para o PIS e 3% para o COFINS. Segundo Carvalho (2005, p. 362): “A alíquota é elemento aritmético que, conjuntamente com a base de cálculo, estabelecerá o aspecto quantitativo da Regra matriz de incidência tributária.”

2.3.4 Exemplo de Cálculo

Na figura 3 é verificado um exemplo prático de resolução de cálculo de Pis a recolher conforme a apuração do regime cumulativo.

Figura 3: Exemplo de cálculo Pis a recolher

EXEMPLO DE CÁLCULO

+	Receita Bruta de Vendas e serviços	R\$ 500.000,00
-	Exclusões Permitidas	-R\$ 30.000,00
=	Base de Cálculo	R\$ 470.000,00
x	Alíquota	0,65%
=	Contribuição Devida	R\$ 3.055,00
-	Retenções na Fonte	R\$ 1.300,00
=	Pis a recolher	R\$ 1.755,00

Fonte: Elaborada pela autora

Conforme a figura 3 é verificado um cálculo de PIS referente ao regime cumulativo, onde o faturamento da empresa no mês de janeiro/2018 foi de R\$: 500,000,00. Após as exclusões permitidas (vendas canceladas) no valor de 30.000,00 e, o direito a abater da sua base de calculo a retenção na fonte no valor de 1.300,00 o valor do PIS a pagar foi de R\$: 1.755,00.

Figura 4: DARF emitido

MINISTERIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	00/01/1900
	03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ	00.000.000/0000-00
	04 CÓDIGO DA RECEITA	8109
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
	06 DATA DE VENCIMENTO	
01 - NOME / TELEFONE 0 Telefone: 0000-0000	07 VALOR PRINCIPAL	1.755,00
Veja no verso Instruções para preenchimento	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1025/63	
ATENÇÃO	10 VALOR TOTAL	1.755,00
É vedado o recolhimento de tributos e contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal, cujo valor seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo ou contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)	

Fonte: Programa da Receita Federal Sicalc

Após o cálculo do imposto é emitido o DARF de pagamento no programa Sicalc conforme a figura 4, este programa está disponível no site da Receita Federal e deverá ser emitido no código 8109.

Na figura 5 será apresentado o cálculo de COFINS a Recolher, apurado pelo regime Cumulativo.

Figura 5: Exemplo de cálculo COFINS a recolher

EXEMPLO DE CÁLCULO

+	Receita Bruta de Vendas e serviços	R\$ 500.000,00
-	Exclusões Permitidas	-R\$ 30.000,00
=	Base de Cálculo	R\$ 470.000,00
x	Alíquota	3,00%
=	Contribuição Devida	R\$ 14.100,00
-	Retenções na Fonte	R\$ 1.300,00
=	Cofins a recolher	R\$ 12.800,00

Fonte: Elaborada pela autora

Conforme a figura 5 é demonstrado um cálculo de COFINS referente ao regime cumulativo, onde o faturamento da empresa no mês de janeiro/2018 foi de R\$: 500.000,00. Após as exclusões permitidas (vendas canceladas) no valor de 30.000,00 e, o direito a abater da sua base de calculo a retenção na fonte no valor de 1.300,00 o valor do COFINS a pagar foi de R\$: 12.800,00.

Na figura 6: DARF emitido

MINISTERIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	00/01/1900
	03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ	00.000.000/0000-00
	04 CÓDIGO DA RECEITA	2172
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	0
01 - NOME / TELEFONE 0 Telefone: 0	06 DATA DE VENCIMENTO	0
Veja no verso Instruções para preenchimento	07 VALOR PRINCIPAL	12.800,00
	08 VALOR DA MULTA	0,00
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1025/69	0,00
	10 VALOR TOTAL	12.800,00
É vedado o recolhimento de tributos e contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal, cujo valor seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo ou contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)	
Aprovado pela INº SRF Nº 81/96.		

Fonte: Programa da Receita Federal Sicalc

Após o cálculo do imposto é emitido o DARF de pagamento no programa Sicalc conforme a figura 6, este programa está disponível no site da Receita Federal e deverá ser emitido no código 2172.

2.4 Regime Não-Cumulativo

O regime Não-cumulativo é aquele que o tributo é calculado sobre a receita Bruta, com a dedução de créditos. As empresas que usam este regime de cálculo são as empresas de lucro real.

Para Mello (2004, p. 51):

A não-cumulatividade significa um sistema operacional que objetiva minimizar a carga tributária incidente sobre as operações realizadas com produtos, mercadorias e serviços, tendo por finalidade diminuir o preço que repercute na diminuição do custo de vida, possibilitando a geração de emprego, realização de investimentos empresariais e outras medidas benéficas ao desenvolvimento econômico.

Neste regime existem algumas polêmicas referentes aos créditos que podem ser deduzidos do valor da contribuição a pagar, pois o legislador estabeleceu quais créditos são vedados ou não, porém o CF (Constituição Federal) apenas mencionou que as contribuições são não-cumulativas, sem detalhar. Assim o entendimento das empresas se divide em dois grupos os constitucionalistas e os legalistas. Os constitucionalistas utilizam a relação de créditos contida nas Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003 é exemplificativa (ou inconstitucional) – toda despesa necessária à geração da receita deveria permitir a apropriação de créditos. Já os legalistas a relação de créditos contida nas Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003 é taxativa. – Somente aquilo que está previsto no art. 3º permite apropriação de créditos. A polêmica está sendo estudada pelo STF (Supremo Tribunal Federal), conforme Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo nº 790.928. A Ação continua pendente de julgamento.

2.4.1 Contribuintes sujeitos ao regime não-cumulativo

O regime não-cumulativo não eliminou definitivamente o regime cumulativo. A primeira questão a ser analisada em relação à não-cumulatividade, portanto, refere-se à sua abrangência. Conforme as Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003, a não - cumulatividade aplica-se somente às pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no Lucro.

A legislação excluiu algumas receitas do regime Não – Cumulativo, portanto podemos ter uma empresa de Lucro Real tributada pelo regime Cumulativo, devido ao tipo de Receita.

2.4.2 Receitas excluídas do regime Não-Cumulativo

Conforme o livro Contabilidade de Geral, de Oliveira (2017, p. 1015) as receitas excluídas do regime Não-Cumulativo são:

- I – bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamentos e investimentos, sociedade de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguro privado e de crédito, entidade de previdência complementar abertas e fechadas associações de poupança e empréstimo; e
- II – as receitas decorrentes de prestação de serviços das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
- III – as receitas decorrentes de operações de comercialização de pedra britadeira, de areia para construção civil e de brita; e
- IV – as receitas decorrentes da alienação de participações societárias.

2.4.3 Base de Cálculo

A base de cálculo do Pis/Cofins para o regime Não - Cumulativo é a Receita Bruta. Conforme a Lei nº 12.973/14, compreende a receita bruta da venda de bens e serviços nas operações em conta própria ou alheia e todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica.

Conforme o art. 12 da lei 12.973/14:

- Art. 12. A receita bruta compreende:
- I - o produto da venda de bens nas operações de conta própria;
 - II - o preço da prestação de serviços em geral;
 - III - o resultado auferido nas operações de conta alheia;
 - IV - as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica não compreendidas nos incisos I a III.

Ainda são admitidas algumas exclusões na base de cálculos do PIS/COFINS, a baixo segue uma listagem bem específica, todas elas estão previstas em lei.

2.4.4 Exclusões admitidas

Lei nº 9.718, de 1998, art. 3º, § 2º, com alterações da MP 2.158-35/2001; IN SRF nº 247, de 2002, art. 23) não integram a base de cálculo e poderão ser excluídas na apuração das contribuições, as receitas:

- a) isentas ou não alcançadas pela incidência da contribuição ou sujeitas à alíquota 0 (zero);
- b) não operacionais, decorrentes da venda de ativo permanente (hoje Ativo Não Circulante);
- c) auferidas pela pessoa jurídica revendedora, na revenda de mercadorias em relação às quais a contribuição seja exigida da empresa vendedora, na condição de substituta tributária. Assim o ICMS-ST poderá ser excluído da base de cálculo;

d) referentes a:

1. vendas canceladas e aos descontos incondicionais concedidos;
2. reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição que tenham sido computados como receita.

e) correspondentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), quando destacado em nota fiscal e cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;

f) da parcela do ICMS recolhida antecipadamente, nos termos do parágrafo único da Cláusula Primeira do Protocolo ICMS nº 46/2000, por ocasião da importação do exterior ou da aquisição de Estado não signatário do aludido Protocolo, a título de substituição tributária, de trigo em grão, farinha de trigo e mistura de farinha de trigo (ADI SRF nº 19/2004);

Esta dedução também é permitida para o ICMS que não seja destacado no documento fiscal que acobertar as saídas internas e interestaduais dos produtos para Estados signatários, como determina o aludido Protocolo, desde que a legislação interna do Estado signatário estipule expressamente o percentual relativo à condição de contribuinte e o relativo à condição de substituto tributário.

g) decorrentes da transferência onerosa, a outros contribuintes do ICMS, de créditos de ICMS originados de operações de exportação, conforme o disposto no inciso II do § 1º do art. 25 da Lei Complementar nº 87/1996.

2.4.5 Alíquotas

As alíquotas aplicadas para empresas regime Não-Cumulativo as alíquotas são de 1,65% para o PIS/ PASEP e 7,6% para o COFINS.

Carvalho (2011, p. 396) ensina que a base de cálculo é a “[...] grandeza instituída na consequência da regra-matriz tributária, e que se destina primordialmente, a dimensionar a intensidade do comportamento inserto no núcleo do fato jurídico [...]”.

Segundo o art. 2º da lei nº 10.637 de 30 de dezembro de 2002 a determinação do valor da contribuição para o PIS/Pasep aplicar-se-á, sobre a base de cálculo apurada conforme o disposto no art. 1º, a alíquota de 1,65%. Segundo o art. 2º da lei nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003 a determinação do valor da COFINS aplicar-se-á, sobre a base de cálculo apurada conforme o disposto no art. 1º, a alíquota de 7,6%.

2.4.6 Receitas Financeiras

Para as empresas que se enquadram no regime Não-cumulativo é pago PIS/COFINS sobre os Rendimentos de Aplicação Financeira, nas alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para o COFINS, aumentando ainda mais a carga tributária para as empresas Brasileiras.

Segundo o Decreto nº 8.426, de 1º de Abril de 2015:

Art. 1º Ficam restabelecidas para 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente, as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de **hedge**, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

De acordo com o Decreto nº 3.000/99 RIR, em seu Art. 373 e a Lei 9.718/98, Art 9º, são consideradas receitas financeiras:

Juros recebidos;

Descontos obtidos;

Lucro na operação de reporte;

Rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa;

Variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual. Alíquotas PIS – 0,65% COFINS – 4%.

Figura 7: Cálculo de PIS sobre rendimento de aplicação financeira

EXEMPLO CÁLCULO		
+	Valor do Rendimento	1.000,00
x	Alíquota	0,65%
=	Pis a Recolher	6,50

Fonte: Elaborada pela autora

Conforme o cálculo da figura 7 o valor do rendimento é de 1.000,00 onde é multiplicado por 0,65%, gerando o valor de 6,50 de PIS a pagar.

Figura 8: Cálculo de COFINS sobre rendimento de aplicação financeira

EXEMPLO CÁLCULO		
+	Valor do Rendimento	1.000,00
x	Alíquota	4,00%
=	Pis a Recolher	40,00

Fonte: Elaborada pela autora

Conforme cálculo da figura 8 o valor do rendimento é de 1.000,00 onde é multiplicado por 4 %, gerando o valor de 40,00 de COFINS a pagar.

2.4.7 Créditos

O PIS e COFINS não - cumulativos possibilita ao contribuinte o direito de apropriar créditos sobre determinados bens, insumos, custos e despesas. O valor do credito é calculado sobre a soma dos créditos, multiplicados por as alíquotas básicas 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS.

Conceito de Insumo, conforme IN 404/2004:

I – utilizados na fabricação ou produção de bens destinados à venda:

a) a matéria-prima, o produto intermediário, o material de embalagem e quaisquer outros bens que sofram alterações, tais como o desgaste, o dano ou a perda de propriedades físicas ou químicas, em função da ação diretamente exercida sobre o produto em fabricação, desde que não estejam incluídas no ativo imobilizado;

b) os serviços prestados por pessoa jurídica domiciliada no País, aplicados ou consumidos na produção ou fabricação do produto;

II – utilizados na prestação de serviços:

a) os bens aplicados ou consumidos na prestação de serviços, desde que não estejam incluídos no ativo imobilizado; e

b) os serviços prestados por pessoa jurídica domiciliada no País, aplicados ou consumidos na prestação do serviço.

Conforme o site Guia Tributário os créditos admissíveis são:

1. aos bens e serviços adquiridos de pessoa jurídica domiciliada no País;
2. aos custos e despesas incorridos, pagos ou creditados a pessoa jurídica domiciliada no País;
3. aos bens e serviços adquiridos e aos custos e despesas incorridos;
4. em relação aos serviços e bens adquiridos no exterior a partir de 1º de maio de 2004 (art. 1 da IN SRF 457/2004).

Bens Adquiridos para Revenda

As pessoas jurídicas sujeitas ao regime não cumulativo, poderão descontar créditos em relação as aquisições efetuadas no mês, de pessoas jurídicas domiciliadas no país, de bens para revenda, exceto o álcool para fins carburantes, as mercadorias e produtos sujeitos à substituição tributária e à incidência monofásica das referidas contribuições.

Bens e Serviços Utilizados Como Insumos

Poderão ser descontados créditos das aquisições efetuadas no mês, de pessoas jurídicas domiciliadas no país, de bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na fabricação ou produção de bens ou produtos destinados à venda, inclusive combustíveis e lubrificantes.

Energia Elétrica e Térmica

São passíveis de apropriação de créditos as despesas e os custos incorridos no mês, pagos ou creditados a pessoas jurídicas domiciliadas no país, relativos à energia elétrica e energia térmica, inclusive sob a forma de vapor, consumidas nos estabelecimentos da pessoa jurídica.

Créditos de Aluguéis e Arrendamentos

Destaque-se que a legislação impôs apenas duas restrições à possibilidade de aproveitamento de créditos relativos às despesas de aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos:

1. que os aluguéis sejam contratados com pessoas jurídicas e
2. utilizados nas atividades empresariais. – desta forma não há restrição de que os bens alugados sejam utilizados diretamente nas atividades da empresa, mas que haja relação ao menos indireta com essas atividades, a exemplo dos aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos do setor administrativo ou comercial da empresa.

Frete e Armazenagem na Operação de Venda

É facultada a apropriação de créditos em relação às despesas de armazenagem de mercadoria e o frete na operação de venda quando o ônus for suportado pelo vendedor.

Podem ser apurados créditos sobre os valores pagos, a pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil, relativos à armazenagem de produtos industrializados pelo depositante e destinados a venda, desde que o ônus dessas despesas de armazenagem seja por ele suportado.

Depreciação de Bens do Ativo Imobilizado

Os contribuintes podem apropriar créditos em relação aos encargos de depreciação e amortização, incorridos no mês, relativos a:

- máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos ou fabricados para locação a terceiros, ou para utilização na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços;
- edificações e benfeitorias em imóveis próprios ou de terceiros, utilizados nas atividades da empresa.

Devoluções de Vendas

O valor das devoluções de vendas cuja receita tenha integrado o faturamento do mês ou de mês anterior e tenha sido tributada no regime não cumulativo, gera direito a apropriação de crédito.

Peças e Serviços de Manutenção

As partes e peças de reposição, usadas em máquinas e equipamentos utilizados na produção ou fabricação de bens destinados à venda, quando não representarem acréscimo de vida útil superior a um ano ao bem em que forem aplicadas, e, ainda, sofrerem alterações, tais como o desgaste, o dano, ou a perda de propriedades físicas ou químicas, em função da ação diretamente exercida sobre o produto em fabricação ou em produção, são consideradas insumo para fins de crédito a ser descontado do PIS e COFINS (Solução de Consulta Cosit 76/2015 e Solução de Consulta Disit/SRRF 4.023/2015).

Vale Transporte, Alimentação e Uniformes

São admissíveis os créditos relativos aos gastos de vale-transporte, vale-refeição ou vale-alimentação, fardamento ou uniforme fornecidos aos empregados por pessoa jurídica que explore as atividades de prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção (inciso X do art. 3º da Lei 10.833/2003). A Receita Federal, através da Solução de Consulta Cosit 106/2015, admitiu que as pessoas jurídicas que prestam serviço de manutenção podem descontar créditos relativos aos dispêndios com fardamentos ou uniformes fornecidos a seus empregados.

2.4.8 Exemplo de Cálculo Não-Cumulativo

De acordo com a Lei 12.973/2014, segue abaixo um exemplo pratico exemplificando o calculo do COFINS não cumulativo.

Figura 9: Cálculo do COFINS no regime Não-cumulativo

		FATURAMENTO / RECEITA BRUTA - ART. 1º DA LEI Nº 10.833/2003	VALORES EM R\$	
R E C E I T A S	1	(+) Faturamento Mensal (Receita Bruta Total do Mês)	1.305.000,00	
	2	(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras e de Renda Fixa		
	3	(+) Ganhos de Aplicações de Renda Variável		
	4	(+) Juros Ativos	5.000,00	
	5	(+) Receita de Aluguéis		
	6	(+) Outras Receitas Financeiras	2.300,00	
	7	(+) Outras Receitas Operacionais		
	8	(+) Receitas Não Operacionais (Vendas de Bens do Ativo Permanente / Ganhos de Capitais)		
	9	(=) Total da Receita Bruta	1.312.300,00	
		EXCLUSÕES DA BASE DE CÁLCULO - ART. 1º DA LEI Nº 10.833/2003	VALORES EM R\$	
E X C L U S O E S	10	(-) Receitas Sujeitas a Alíquota Zero		
	11	(-) Receitas Sujeitas a Substituição Tributária		
	12	(-) Receitas Sujeitas ao Regime Monofásico		
	13	(-) Vendas Canceladas	1.400,00	
	14	(-) Descontos Incondicionais Concedidos		
	15	(-) Reversão de Provisões		
	16	(-) Recuperação de Créditos Baixados Como Perdas		
	17	(-) Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial		
	18	(-) Lucros e Dividendos Recebidos		
	19	(-) Receitas de Vendas do Ativo Permanente Avaliados pelo Custo de Aquisição	18.500,00	
	20	(=) Total das Exclusões	19.900,00	
		ISENÇÕES	VALORES EM R\$	
I S E N Ç O E S	21	(-) Receitas de Exportação para o Exterior		
	22	(-) Receitas Prest. Serviços PF/PJ domiciliadas Exterior o recebimento em Moeda Estrangeira		
	23	(-) Receitas de Vendas para Empresa Comercial Exportadora	15.000,00	
	24	(=) Total das Isenções	15.000,00	
	25	(=) BASE DE CÁLCULO DA COFINS NÃO CUMULATIVA	1.277.400,00	
	26	(=) COFINS DEVIDA = BASE DE CÁLCULO X 7,6%	97.082,40	
		CRÉDITOS DA COFINS - ART. 3º DA LEI Nº 10.833/2003	VALORES EM R\$	VALORES EM R\$
C R É D I T O S	27	(-) Mercadorias Adquiridas para Revenda	100.000,00	7.600,00
	28	(-) Bens e Serviços Utilizados como Insumos na Produção / Fabricação	930.000,00	70.680,00
	29	(-) Bens e Serviços Utilizados como Insumos na Prestação de Serviços	10.000,00	760,00
	30	(-) Energia Elétrica Consumida nos Estabelecimentos da Pessoa Jurídica	10.000,00	760,00
	31	(-) Aluguéis Pagos a PJ (prédios, máquinas e equipamentos)	10.000,00	760,00
	32	(-) Despesas Financeiras de Empréstimos e Financiamentos de PJ	10.000,00	760,00
	33	(-) Bens e Encargos de Depreciações do Ativo Imobilizado	10.000,00	760,00
	34	(-) Depreciação ou Amortização de Edificações e Benefícios em Imóveis	10.000,00	760,00
	35	(-) Devoluções de Vendas Tributadas a Alíquota de 7,6%	10.000,00	760,00
	36	(-) Despesas de Armazenagem e Frete na Operação de Venda	10.000,00	760,00
	37	(-) 1/12 avos do estoque existente em 31/01/2004 (informar total do estoque)	10.000,00	25,00
	38	(-) Outros créditos presumidos permitidos pela legislação (compensações)		0,00
	39	(-) Saldo de Créditos do Mês Anterior ou Meses Anteriores		0,00
	40	(=) Total dos Créditos		84.385,00
	41	(=) COFINS NÃO CUMULATIVA A PAGAR - Código no DARF 5856		12.697,40

Fonte: Site Auditec Contabilidade

Conforme a figura 9 somadas as receitas temos o total de 1.312.300,00 , subtraísse as exclusões 19,900,00 e as isenções 15.000,00, então resulta base de calculo 1.277,400,00, multiplicamos por a alíquota 7,6%, resultando então no valor

de 97.082,40 de COFINS devido, ainda temos o valor de créditos a descontar no valor de 84.385,00, gerando o valor final de COFINS a pagar de 12.697,40.

Figura 10: DARF emitido

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	00/01/1900
	03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ	00.000.000/0000-00
	04 CÓDIGO DA RECEITA	5856
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
01 - NOME / TELEFONE 0 Telefone: 0000-0000	06 DATA DE VENCIMENTO	
Veja no verso Instruções para preenchimento	07 VALOR PRINCIPAL	12.697,40
	08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1025/6	
É vedado o recolhimento de tributos e contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal, cujo valor seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo ou contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00. Aprovado pela INº SRF Nº 81/96.	10 VALOR TOTAL	12.697,40
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)	

Fonte: Programa da Receita Federal Sicalc

Após o cálculo do imposto é emitido o DARF de pagamento no programa Sicalc conforme a figura 10, este programa está disponível no site da Receita Federal e deverá ser emitido no código 5856.

O Cálculo do PIS é realizado da mesma estrutura do COFINS, mudando apenas a alíquota, que para o PIS é 1,65%, conforme a Lei 12.973/2014.

Figura 11: Cálculo do PIS

FATURAMENTO / RECEITA BRUTA - ART. 1º DA LEI Nº 10.637/2002		VALORES EM R\$	
R E C E I T A S	1 (+) Faturamento Mensal (Receita Bruta Total do Mês)	1.305.000,00	
	2 (+) Rendimentos de Aplicações Financeiras e de Renda Fixa		
	3 (+) Ganhos de Aplicações de Renda Variável		
	4 (+) Juros Ativos	5.000,00	
	5 (+) Receita de Aluguéis		
	6 (+) Outras Receitas Financeiras	2.300,00	
	7 (+) Outras Receitas Operacionais		
	8 (+) Receitas Não Operacionais (Vendas de Bens do Ativo Permanente / Ganhos de Capitais)		
	9 (=) Total da Receita Bruta	1.312.300,00	
EXCLUSÕES DA BASE DE CÁLCULO - ART. 1º DA LEI Nº 10.637/2002		VALORES EM R\$	
E X C L U S ÕES	10 (-) Receitas Sujetas a Alíquota Zero		
	11 (-) Receitas Sujetas a Substituição Tributária		
	12 (-) Receitas Sujetas ao Regime Monofásico		
	13 (-) Vendas Canceladas	1.400,00	
	14 (-) Descontos Incondicionais Concedidos		
	15 (-) Reversão de Provisões		
	16 (-) Recuperação de Créditos Baixados Como Perdas		
	17 (-) Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial		
	18 (-) Lucros e Dividendos Recebidos		
	19 (-) Receitas de Vendas do Ativo Permanente Avaliados pelo Custo de Aquisição	18.500,00	
	20 (=) Total das Exclusões	19.900,00	
ISENÇÕES		VALORES EM R\$	
I S E N Ç ÕES	21 (-) Receitas de Exportação para o Exterior	15.000,00	
	22 (-) Receitas Prest. Serviços PF/PJ domiciliadas Exterior e recebimento em Moeda Estrangeira		
	23 (-) Receitas de Vendas para Empresa Comercial Exportadora		
	24 (=) Total das Isenções	15.000,00	
25 (=) BASE DE CÁLCULO DO PIS NÃO CUMULATIVO		1.277.400,00	
26 (=) PIS DEVIDO = BASE DE CÁLCULO X 1,65%		21.077,10	
CRÉDITOS DO PIS - ART. 3º DA LEI Nº 10.637/2002		VALORES EM R\$ VALORES EM R\$	
C R É D I T O S	27 (-) Mercadorias Adquiridas para Revenda	100.000,00	7.600,00
	28 (-) Bens e Serviços Utilizados como Insumos na Produção / Fabricação	0,00	0,00
	29 (-) Bens e Serviços Utilizados como Insumos na Prestação de Serviços	10.000,00	760,00
	30 (-) Energia Elétrica Consumida nos Estabelecimentos da Pessoa Jurídica	10.000,00	760,00
	31 (-) Aluguéis Pagos a PJ (prédios, máquinas e equipamentos)	10.000,00	760,00
	32 (-) Despesas Financeiras de Empréstimos e Financiamentos de PJ	10.000,00	760,00
	33 (-) Bens e Encargos de Depreciações do Ativo Imobilizado	10.000,00	760,00
	34 (-) Depreciação ou Amortização de Edificações e Benfeitorias em Imóveis	10.000,00	760,00
	35 (-) Devoluções de Vendas Tributadas a Alíquota de 1,65%	10.000,00	760,00
	36 (-) Despesas de Armazenagem e Frete na Operação de Venda	10.000,00	760,00
	37 (-) Demais Créditos Presumidos Permitidos pela Legislação	10.000,00	25,00
	38 (-) Saldo de Créditos do Mês Anterior ou Meses Anteriores (1/12 avos estoque em 01/12/2002)		0,00
	39 (=) Total dos Créditos		13.705,00
40 (=) PIS NÃO CUMULATIVO A PAGAR - Código no DARF 6912		7.372,10	

Fonte : Site Auditec Contabilidade

Conforme a figura 11 somadas as receitas resulta no total de 1.312.300,00, subtraísse as exclusões 19,900,00 e as isenções 15.000,00, então a base de calculo 1.277,400,00, multiplicado pela alíquota 1,65%, resulta então ao valor de 21.077,10 de PIS devido, ainda temos o valor de créditos a descontar no valor de 13.705,00, gerando o valor final de PIS a pagar de 7.372,10.

Figura 12: DARF emitido

MINISTERIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF		02 PERÍODO DE APURAÇÃO	→	00/01/1900
		03 NÚMERO DO CPF DO CNPJ	→	00.000.000/0000-00
		04 CÓDIGO DA RECEITA	→	6912
		05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	→	
01 - NOME / TELEFONE		06 DATA DE VENCIMENTO	→	
0		07 VALOR PRINCIPAL	→	7.372,10
Telefone: 0000-0000		08 VALOR DA MULTA	→	
Veja no verso Instruções para preenchimento		09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DE - 1025MS	→	
ATENÇÃO		10 VALOR TOTAL	→	7.372,10
É vedado o recolhimento de tributos e contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal, cujo valor seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo ou contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.		11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª Vias)		
Aprovado pela IN/SRF Nº 21/06				

Fonte: Programa da Receita Federal Sicalc

Após o cálculo do imposto é emitido o DARF de pagamento no programa Sicalc conforme a figura 12, este programa está disponível no site da Receita Federal e deverá ser emitido no código 6912.

Para Fabretti e Fabretti (2006, p. 144): “O planejamento tributário é um instrumento tão necessário de gestão de negócios quanto qualquer outro planejamento, seja de marketing, de vendas, de qualificação de pessoal, de comércio exterior e etc.”

O planejamento tributário representa as medidas tomadas pela empresa para organizar a vida fiscal, evitando que a empresa pague mais imposto do que é realmente devido.

3 CONCLUSÃO

Conforme apresentado no presente artigo, demonstrou as formas de calcular o PIS e o COFINS nos regimes de Cumulatividade e Não-cumulatividade. A importância deste estudo está em mostrar para as empresas que saber identificar em qual regime tributário ela está enquadrada influencia no valor a pagar do imposto, pois o enquadramento adequado interfere diretamente no valor a pagar do imposto.

O enquadramento na incidência Cumulativo ou Não Cumulativo se define através regime de tributação Lucro Real ou Lucro Presumido e Arbitrado, em regra geral as empresas optantes pelo Lucro Real tem incidência Não-Cumulativo para o PIS/COFINS, e as empresas de Lucro Presumido ou Arbitrado tem incidência Cumulativo.

O artigo abordou questões muito relevantes no momento de calcular o PIS e o COFINS, demonstrando de forma simples a importância de verificar o enquadramento correto de cada empresa, evitando que a empresa pague mais impostos do que deveria.

É de grande importância que o profissional de contabilidade saiba enquadrar uma empresa corretamente no regime adequado, pois a partir do enquadramento correto a empresa pagará menos impostos, evitando gastos desnecessários. Para isso é preciso que o profissional se qualifique, para ter um bom empenho no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

AUDITEC CONTABILIDADE. Disponível em:

<auditecma.com.br/...e.../planilhasexcel/PISeCOFINS-CumulativosenaoCumulativos.xls>. Acesso em: 24 maio 2018.

BRASIL. **Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999**. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-3000-26-marco-1999-369704-norma-pe.html>>. Acesso em: 19 maio 2018.

BRASIL. **Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8426.htm>. Acesso em: 15 maio 2018.

BRASIL. **Instrução normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002**.

Disponível em:

<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=1512>>. Acesso em: 10 maio 2018.

BRASIL. **Instrução normativa SRF nº 404, de 12 de março de 2004**. Disponível

em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=15304&visao=anotado>. Acesso em: 19 maio 2018.

BRASIL. **Lei complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975**. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-26-11-setembro-1975-365219-norma-pl.html>>. Acesso em: 05 maio 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.637 de 30 de Dezembro de 2002**. Disponível em:

<<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11028556/artigo-8-da-lei-n-10637-de-30-de-dezembro-de-2002>>. Acesso em: 06 maio 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.833, de 29 de dezembro 2003**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/l10.833.htm>. Acesso em: 05 maio 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12973.htm>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998**. Disponível em:

<<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/tributario/lei9718.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de direito constitucional**. 19.ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 23.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CASSONE, Vittorio. **Direito tributário**: fundamentos constitucionais da tributação, classificação dos tributos, interpretação da legislação tributária, doutrina, prática e jurisprudência, atualizado até a EC nº 42, de 19-12-2003. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FABRETTI, Láudio Camargo; FABRETTI, Dilene Ramos. **Direito tributário**: para os cursos de administração e ciências contábeis. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIA TRIBUTÁRIO. **Quais créditos do PIS e COFINS são admissíveis**. Disponível em: <<https://guiatributario.net/2015/07/22/quais-creditos-do-pis-e-cofins-sao-admissiveis/>>. Acesso em: 22 maio 2018.

MELLO, José Eduardo Soares de; LIPPO, Luiz Francisco. **A não-cumulatividade tributária**. 2.ed. São Paulo: Dialética, 2004.

OLIVEIRA, Justino. **Contabilidade geral**. 2.ed. São Paulo: Impetus, 2017.